



## Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

### **SÍNTESE DE RESULTADOS**

**31 dezembro 2024**

#### **Nota Introdutória**

O Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo à data de 31 dezembro de 2024 insere-se no conjunto de ações definidas na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo (ENIPSSA 2017-2023, prorrogada até 31 de dezembro de 2024 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2024 de 24 de janeiro), em concreto, no seu primeiro eixo de intervenção: “Promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação”.

A sua aplicação foi da responsabilidade do Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA/Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), constituído pelas seguintes entidades: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza, Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.) e Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Para a sua concretização, importa agradecer os contributos recebidos e realçar a articulação conseguida entre os diversos intervenientes em todo o território que, apesar das persistentes dificuldades, têm permitido melhorar a análise de um fenómeno complexo, numa “zona sombra” do nosso conhecimento social.

O inquérito teve por base o conceito de *pessoas em situação de sem-abrigo* (PSSA) e as suas respetivas categorias, *pessoas em situação de sem-abrigo sem teto* e *pessoas em situação de sem-abrigo sem casa*, definido no âmbito da ENIPSSA 2017-2023, tal como publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho.

O presente documento visa apresentar uma primeira análise dos principais resultados obtidos relativamente aos questionários da população total e da população do sexo feminino. A sua leitura poderá ser complementada com os quadros e dados disponíveis em <https://www.enipssa.pt/enipssa>.

De acordo com o apurado, a 31 de dezembro de 2024, foram sinalizadas 14 476 pessoas em situação de sem-abrigo, 9 403 em situação de sem teto e 5 073 em situação de sem casa. Face à população residente, existiam em Portugal continental 1,41‰ pessoas em situação de sem-abrigo por 1 000 residentes, sendo o Alentejo, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) as regiões que registaram as proporções mais elevadas, respetivamente, 4,45‰, 2,55‰ e 1,57‰ (pessoas em situação de sem-abrigo por 1 000 residentes).

No que se refere à população do sexo feminino, foram sinalizadas 4 619 pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo, 3 387 em situação de sem teto e 1 232 em situação de sem casa. Face à população residente do sexo feminino, existiam em Portugal continental 0,86‰ pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo por 1 000 pessoas do sexo feminino residentes. As regiões com as proporções mais elevadas são o Alentejo, o Algarve e o Centro com 4,02‰, 1,24‰ e 0,76‰ respetivamente.

Importa realçar que, em 2024, 1 345 pessoas - das quais 332 pessoas do sexo feminino - deixaram a situação de sem-abrigo e obtiveram uma habitação permanente, com especial enfoque para o Norte, com 444 pessoas nessa condição.

O documento compreende a apresentação dos dados relativos à população total e à população do sexo feminino, estruturada nas seguintes partes: (1) distribuição do fenómeno pelos concelhos do território continental; (2) caracterização sociodemográfica por idade, estado civil, naturalidade, nacionalidade, nível de escolaridade, duração na situação e fontes de rendimento; (3) análise comparativa por subgrupo (pessoas em situação de sem teto e sem casa); (4) análise comparativa evolutiva do fenómeno no tempo e no espaço; (5) conclusões.

Este documento visa apoiar o planeamento estratégico, a coordenação interinstitucional e a tomada de decisão, com vista à promoção de respostas mais eficazes, equitativas e adaptadas para as pessoas em situação de sem-abrigo.

Apesar de se continuarem a registar melhorias no conhecimento do fenómeno ao longo do território do continente por parte das estruturas locais de intervenção, é necessário continuar a promover (i) a efetiva apropriação do conceito por parte dos intervenientes locais e (ii) o entendimento da relevância do conhecimento do fenómeno para uma mais eficiente ação aos mais diversos níveis. Neste sentido, a leitura cruzada dos dados com outras fontes de informação e nos diferentes momentos de caracterização do fenómeno ao longo dos últimos sete anos deve ser encarada com precaução.

## Nota metodológica

No âmbito do “Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo – 31 dezembro 2024”, foi elaborado um questionário de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo cuja resposta foi assegurada por cada um dos concelhos do continente, através da articulação das diferentes instituições de intervenção local: Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) ou Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA).

O conceito de *pessoa em situação de sem-abrigo* utilizado no inquérito alicerça-se na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo (ENIPSSA 2017-2023). De acordo com o definido no artigo 3.º da Resolução do Conselho de Ministros nº 107/2017, de 25 de julho:

“Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou
- sem casa, encontrando -se em alojamento temporário destinado para o efeito”.

Assim, foi solicitada informação aos CLAS ou NPISA dos 278 concelhos do continente, tendo-se obtido 278 respostas. A taxa de resposta validada foi de 100%. Nos casos de Faro (111), Albufeira (108) e Portimão (163), verificou-se que, pela incorreta aplicação do conceito de *pessoa em situação de sem-abrigo*, tal como consta da Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, os dados não contemplam a totalidade das pessoas abrangidas pelo conceito nos respetivos territórios.

No ano de 2024, aplicaram-se dois questionários: um relativo à população total em situação de sem-abrigo e outro relativo à população do sexo feminino em situação de sem-abrigo.

Os dados são referenciados à situação identificada a 31 de dezembro de 2024, tendo a fase de recolha de informação decorrido entre 6 de janeiro e 4 de junho de 2025. O apuramento dos resultados foi efetuado à data de 18 de junho de 2025. O processo de validação e controlo de qualidade dos dados, realizados ao nível dos concelhos, foi composto por duas etapas: (1) análise da coerência entre os dois questionários (população total e população do sexo feminino) (2) análise das variações das respostas obtidas face ao ano anterior. Por fim, importa mencionar que os dados são apresentados de acordo com as NUTS II de 2013.

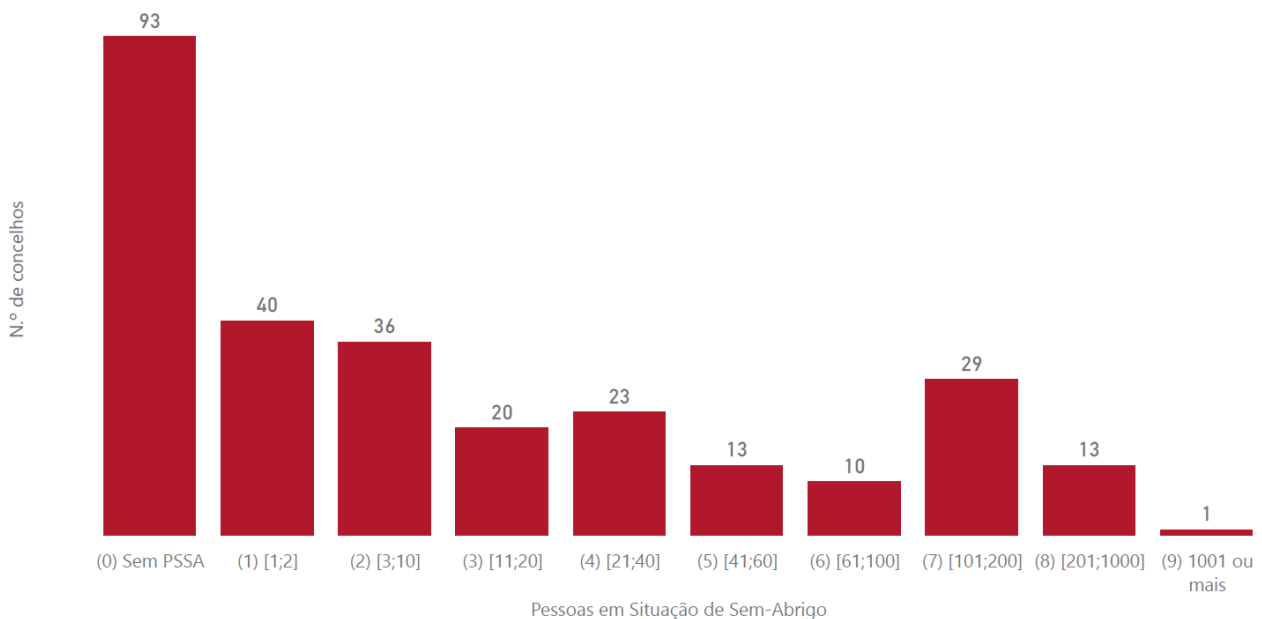
## 1. Uma primeira abordagem

### População total

De acordo com o apurado à data de 31 de dezembro de 2024, foram identificadas 14 476 pessoas em situação de sem-abrigo. Os resultados dão conta da ocorrência do fenómeno em cerca de 67% dos concelhos respondentes (185 de 278 concelhos), sendo que 93 não registaram a existência de pessoas nesta situação.

Os resultados evidenciam a dispersão do fenómeno por todo o território continental, com concentração substancial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Observa-se que estes 2 territórios concentram 42% do total de pessoas em situação de sem-abrigo. Importa referir que, em contrapartida, 41% dos concelhos com PSSA tem, no máximo, 10 pessoas nessa situação e 14% têm até duas pessoas em situação de sem-abrigo.

**Gráfico 1. Número de concelhos por número de pessoas em situação de sem-abrigo. Continente, 31 dez 2024**



Nota: 93 concelhos não registaram qualquer pessoa na situação de sem-abrigo  
Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

Do total apurado de pessoas em situação de sem-abrigo, 9 403 (65%) encontram-se em situação de sem teto e 5 073 (35%) em situação de sem casa. Observa-se que ao nível das NUTS II, todas as regiões, à exceção da AML, apresentam uma percentagem de pessoas em situação de sem casa inferior à de pessoas em situação de sem teto. A AML concentra 33% das pessoas em situação de sem-abrigo do continente, sendo que destas, 68% se encontram na situação de sem casa.

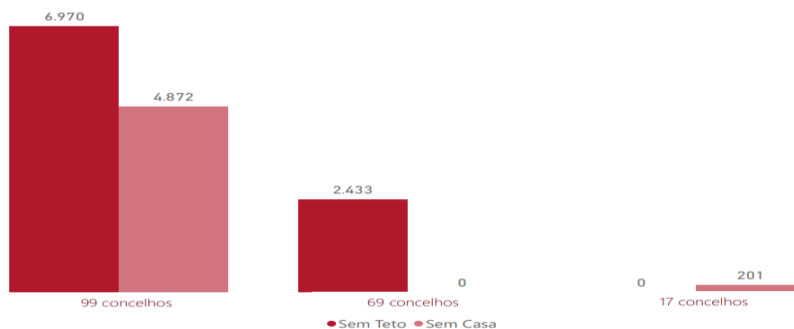
**Quadro 1. Número e proporção de pessoas em situação de sem-abrigo, sem teto e sem casa, por NUTS II. Continente, 31 dez 2024**

NUTS II	Pessoas em situação de sem-abrigo		Sem teto	Sem casa
	n.º	%		
<b>Norte</b>	n.º	2915	1738	1177
	%	100	60	40
<b>Centro</b>	n.º	2365	1963	402
	%	100	83	17
<b>AML</b>	n.º	4704	1523	3181
	%	100	32	68
<b>Alentejo</b>	n.º	3234	3113	121
	%	100	96	4
<b>Algarve</b>	n.º	1258	1066	192
	%	100	85	15
<b>TOTAL</b>	n.º	<b>14476</b>	<b>9403</b>	<b>5073</b>
	%	<b>100</b>	<b>65</b>	<b>35</b>

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

Existem 99 concelhos com pessoas em ambas as condições, sem teto e sem casa. Paralelamente, surgem duas outras combinações: 69 concelhos apenas sinalizam pessoas em situação de sem teto, com 2 433 (17%) pessoas nessa condição e 17 concelhos apenas reportam a existência de pessoas em condição de sem casa, com 201 (1%) pessoas sinalizadas nessa situação.

**Gráfico 2. Número de concelhos (com PSSA>0) por número de pessoas em situação de sem-abrigo sem teto e sem casa, por predominância da condição. Continente, 31 dez 2024**



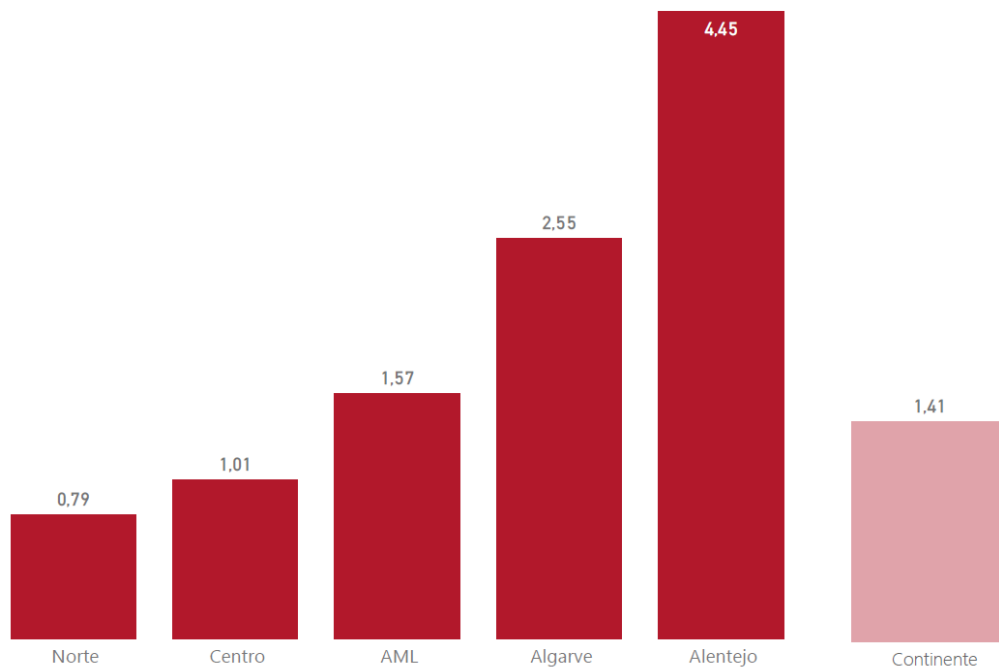
Nota: 93 concelhos não registaram qualquer pessoa na situação de sem-abrigo  
 Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

Comparando estes dados com a população residente em Portugal continental<sup>1</sup> verifica-se que a proporção de pessoas em situação de sem-abrigo por 1 000 residentes é de 1,41%. O Alentejo, o Algarve e a AML são as regiões que registaram as proporções mais elevadas, com, respetivamente,

<sup>1</sup> INE, Estimativas anuais da população residente, Data de divulgação: 18-jun-2025.

4,45‰, 2,55‰ e 1,57‰. Inversamente, as regiões Norte e Centro são as que registam as proporções mais baixas, respetivamente, 0,79‰ e 1,01‰ pessoas em situação de sem-abrigo por 1 000 residentes.

**Gráfico 3. Proporção de população residente em situação de sem-abrigo, NUTS II. Continente, 31 dez 2024 (‰)**



Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024; Instituto Nacional de Estatística, 2024

Importa ainda realçar que, em 2024, 1 345 pessoas deixaram a situação de sem-abrigo e obtiveram uma habitação permanente, com especial enfoque para o Norte, com 444 pessoas nessa condição.

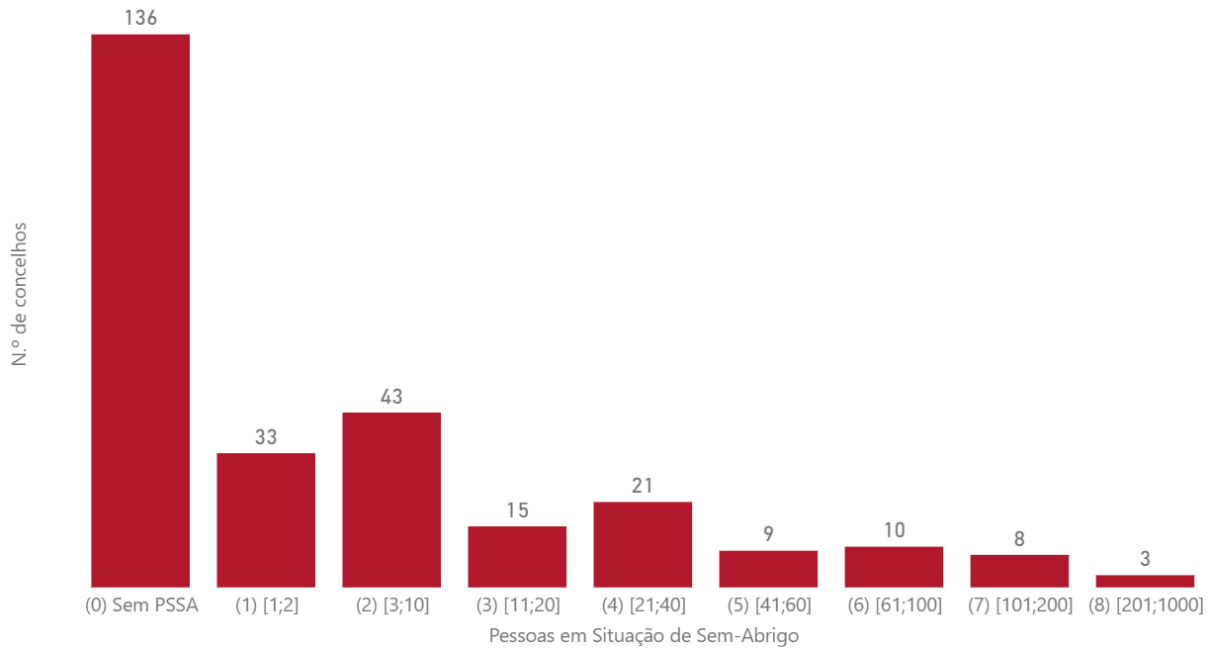
### **População do sexo feminino**

De acordo com os resultados apurados à data de 31 de dezembro de 2024, foram identificadas 4 619 pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo. Os resultados dão conta da ocorrência do fenómeno em cerca de 51% dos concelhos respondentes (142 de 278 concelhos), sendo que 136 não registaram a existência de pessoas do sexo feminino nesta situação.

Os resultados evidenciam a dispersão do fenómeno por todo o território continental, com concentração substancial no Alentejo e na Área Metropolitana de Lisboa. Observa-se que estes 2 territórios concentram 55% do total da população do sexo feminino em situação de sem-abrigo.

**Gráfico 4. Número de concelhos por número de pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo.**

**Continente, 31 dez 2024**



Nota: 136 concelhos não registaram qualquer pessoa do sexo feminino na situação de sem-abrigo  
Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

Do total apurado da população do sexo feminino em situação de sem-abrigo, 3 387 (73%) encontram-se em situação de sem teto e 1 232 (27%) em situação de sem casa. Observa-se que ao nível das NUTS II, todas as regiões, à exceção da AML, apresentam uma percentagem de pessoas em situação de sem casa inferior à de pessoas em situação de sem teto. O Alentejo concentra 33% da população do sexo feminino em situação de sem-abrigo do continente, sendo que destas, 98% encontram-se na situação de sem teto.

**Quadro 2. Número e proporção de pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo, sem teto e sem casa, por NUTS II. Continente, 31 dez 2024**

NUTS II	Pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo			
			Sem teto	Sem casa
<b>Norte</b>	n.º	853	556	297
	%	100	65	35
<b>Centro</b>	n.º	919	799	120
	%	100	87	13
<b>AML</b>	n.º	1034	280	754
	%	100	27	73
<b>Alentejo</b>	n.º	1499	1470	29
	%	100	98	2
<b>Algarve</b>	n.º	314	282	32
	%	100	90	10
<b>TOTAL</b>	n.º	<b>4619</b>	<b>3387</b>	<b>1232</b>
	%	<b>100</b>	<b>73</b>	<b>27</b>

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

Da análise 3, constata-se ainda que a presença feminina entre a população sem-abrigo varia significativamente por região. A proporção mais elevada de pessoas do sexo feminino encontra-se no Alentejo, onde representam 46% do total de pessoas em situação de sem-abrigo na região (1 499 pessoas do sexo feminino em 3 234 pessoas), seguida do Centro com 39% (919 pessoas do sexo feminino em 2 365 pessoas) e do Norte com 29% (853 pessoas do sexo feminino em 2 915 pessoas). Por outro lado, a AML apresenta um dos menores pesos relativos de pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo face ao total nessa região, com apenas 22% (1 034 pessoas do sexo feminino em 4 704 pessoas).

Das pessoas em situação de sem teto, 36% são pessoas do sexo feminino, enquanto para a categoria de sem casa a presença feminina é inferior, representando 24%. Regionalmente, entre as pessoas em situação de sem-abrigo no Alentejo, 96% estão em situação de sem teto, das quais 47% são pessoas do sexo feminino. Esta realidade é comum às restantes regiões, à exceção da AML. Nesta região, do total das pessoas em situação de sem-abrigo, 68% estão em situação de sem casa, das quais 24% são pessoas do sexo feminino.

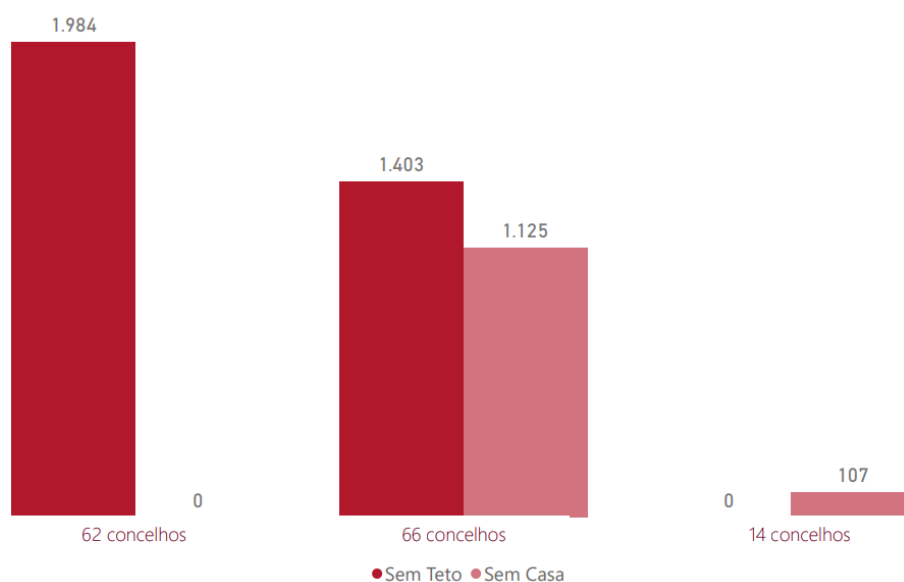
**Quadro 3. Proporção de pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo, sem teto e sem casa face ao total, por NUTS II. Continente, 31 dez 2024**

NUTS II (2013)	Proporção de pessoas do sexo feminino nas Pessoas em situação de sem-abrigo	Proporção de pessoas do sexo feminino nas Pessoas em situação de sem teto	Proporção de pessoas do sexo feminino nas Pessoas em situação de sem casa
Norte	29%	32%	25%
Centro	39%	41%	30%
AML	22%	18%	24%
Alentejo	46%	47%	24%
Algarve	25%	26%	17%
<b>TOTAL</b>	<b>32%</b>	<b>36%</b>	<b>24%</b>

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

Existem 62 concelhos com pessoas do sexo feminino em ambas as condições, sem teto e sem casa. Paralelamente, surgem duas outras combinações: 66 concelhos apenas sinalizam pessoas em situação de sem teto, com 1 984 (59%) pessoas nessa condição e 14 concelhos apenas reportam a existência de pessoas em condição de sem casa, com 107 (9%) pessoas sinalizadas nessa situação.

**Gráfico 5. Número de concelhos (com PSSA>0) por número de pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo sem teto e sem casa, por predominância da condição. Continente, 31 dez 2024**

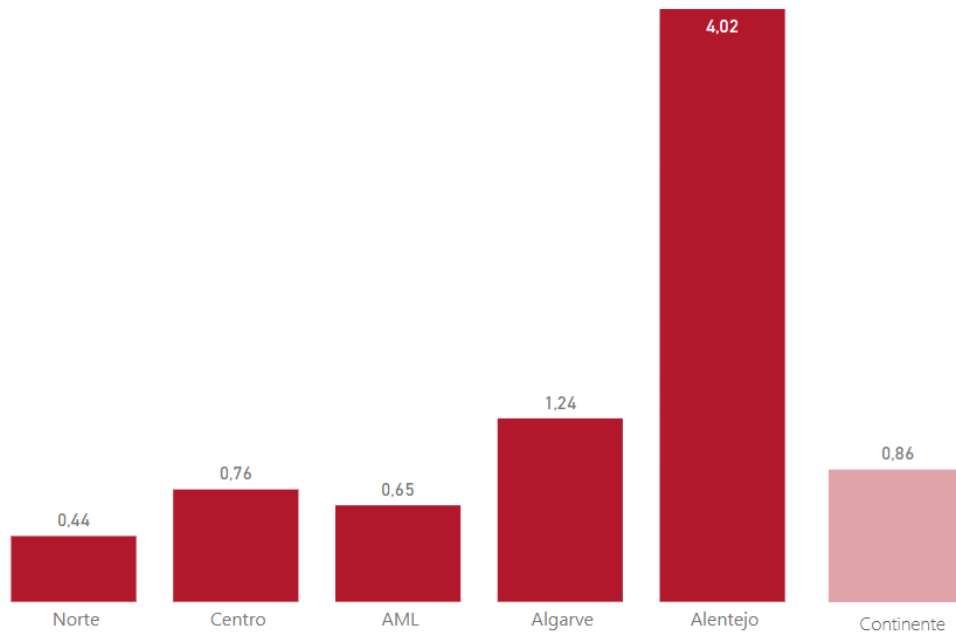


Nota: 136 concelhos não registaram qualquer pessoa do sexo feminino na situação de sem-abrigo  
 Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

Face à população residente do sexo feminino, existiam em Portugal continental 0,86‰ pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo por 1 000 pessoas do sexo feminino residentes. As regiões com as

proporções mais elevadas são o Alentejo, o Algarve e o Centro com 4,02‰, 1,24‰ e 0,76‰ respetivamente.

**Gráfico 6. Proporção de população residente do sexo feminino em situação de sem-abrigo, NUTS II. Continente, 31 dez 2024 (‰)**



Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024; Instituto Nacional de Estatística, 2025

Importa ainda realçar que, em 2024, 332 pessoas do sexo feminino deixaram a situação de sem-abrigo e obtiveram uma habitação permanente, com especial enfoque para a AML e o Norte, com 95 e 85 pessoas respetivamente.

## 2. Uma caracterização

Na sequência da recolha de informação foi possível proceder a uma caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo atendendo a um conjunto de variáveis do ponto de vista sociodemográfico e outras resultantes da própria intervenção. Procura-se de seguida apresentar essa breve caracterização, distinguindo entre as pessoas em situação de sem teto e sem casa, destacando as principais características de cada subgrupo e as respetivas especificidades regionais. Na leitura destes dados nota-se, desde já, a ausência de informação relativa a certas questões à frente discriminadas, o que revela um conhecimento limitado dos interventores sobre a população com quem trabalham e/ou a fragilidade dos sistemas de informação locais.

## 2.1 Caracterização sociodemográfica

### 2.1.1 Pessoas em situação de sem-abrigo – sem teto

#### População total

No que se refere à caracterização sociodemográfica das pessoas em situação de sem-abrigo na condição de sem teto, verifica-se que, em 31 de dezembro de 2024:

- A maioria dos indivíduos é do sexo masculino (64%), realidade transversal a todas as regiões;
- A faixa etária predominante é “até aos 18 anos de idade” (30%), particularmente representativa nas regiões do Alentejo (48%) e Centro (38%)<sup>2</sup>;
- O estado civil de solteiro é o mais representativo (59%), seguido do casado ou em união de facto (31%). Numa análise regional, verifica-se que é no Alentejo que se regista a maior proporção desta última categoria (42%)<sup>3</sup>;
- No total do continente foram registados 1 949 casais na situação de sem-abrigo, dos quais 1 686 encontram-se na condição de sem teto e 263 sem casa;
- A naturalidade de 12% das pessoas na condição de sem teto é desconhecida. Para os restantes<sup>4</sup>, prevalece a naturalidade portuguesa, em concreto, o próprio concelho em que se encontram sinalizados (60%), seguido de outro concelho nacional (29%), realidade transversal a todas as regiões. A AML e o Algarve são as regiões que apresentam valores mais elevados de pessoas oriundas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com 20% e 10% respetivamente, e de “outros países”, com 12% em ambas as regiões;
- Complementarmente, a maioria dos indivíduos são de nacionalidade portuguesa (90%), o que acontece em todas as regiões, ainda que o Algarve e a AML registem os valores menos elevados, 75% e 70%, respetivamente<sup>5</sup>;
- O nível de escolaridade de 26% das pessoas em situação de sem teto é desconhecido, sendo o Algarve, a AML e o Alentejo as regiões que registam as maiores proporções, com 52%, 34% e 26%, respetivamente. Entre as restantes<sup>6</sup>, o ensino básico – 2º ou 3º ciclo e sem qualquer nível

---

<sup>2</sup> Percentagens calculadas sobre os 9 140 indivíduos cuja informação acerca da sua idade é conhecida, correspondendo a 97% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

<sup>3</sup> Percentagens calculadas sobre os 8 702 indivíduos cuja informação acerca do seu estado civil é conhecida, correspondendo a 93% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

<sup>4</sup> Percentagens calculadas sobre as 8 317 pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem teto cuja informação acerca da sua naturalidade é conhecida.

<sup>5</sup> Percentagens calculadas sobre os 9 258 indivíduos cuja informação acerca da sua nacionalidade é conhecida, correspondendo a 98% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

<sup>6</sup> Percentagens calculadas sobre as 6 948 pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem teto cuja informação acerca da sua escolaridade é conhecida.

de escolaridade possuem maior representatividade, respetivamente com 36% e 31%. É nas regiões da AML e do Algarve que se registam os níveis de escolaridade mais elevados, sendo que 13% e 11%, respetivamente, têm o ensino secundário. Inclusivamente, 4% na AML possui diploma do ensino superior. Importa ainda realçar o elevado número de PSSA sem teto que não têm qualquer nível de ensino completo no Alentejo (50%) e no Centro (31%);

- O tempo de permanência das PSSA na condição de sem teto é desconhecido para 13% desta população. Em relação às restantes<sup>7</sup>, o mais frequente é estarem nesta condição há 10 anos ou mais (36%); estarem na condição no intervalo de 1 a 5 anos (26%) e há menos de 1 ano (20%). Uma análise regional permite destacar dois tipos de realidades: o Algarve e a AML registam a maior proporção de casos mais recentes – respetivamente 51% e 36% dos casos sinalizados estão na condição de sem teto há menos de 1 ano; por oposição, no Alentejo e no Centro, as pessoas que estão nesta condição há mais de 10 anos representam 51% e 47% respetivamente. Importa ainda lembrar que este dado não corresponde ao período em que as pessoas estão na situação de sem-abrigo, mas apenas na condição de sem teto à data de referência, podendo ter transitado da condição de sem casa para a de sem teto e *vice-versa*<sup>8</sup>;
- Verifica-se que o Rendimento Social de Inserção (RSI) foi a fonte de rendimento mais mencionada (71%), sendo que o Alentejo e o Centro apresentam valores mais elevados (84% e 76%, respetivamente). Importa ainda destacar que 3% das pessoas na condição de sem teto mencionaram auferir salário regular e 6% salário ocasional;
- As principais causas identificadas para a situação de sem-abrigo entre as PSSA sem teto são, por ordem de frequência: desemprego ou precariedade laboral (2 288 casos), insuficiência financeira associada a outros motivos, excluindo violência doméstica (2 156 casos) e dependência de álcool ou de substâncias psicoativas (1 331 casos).

---

<sup>7</sup> Percentagens calculadas sobre as 8 199 pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem teto cuja informação acerca do seu tempo de permanência é conhecida.

<sup>8</sup> Isto significa que a informação reportada não permite averiguar o período total que cada pessoa se encontra na condição de sem-abrigo, mas apenas em cada condição específica, sem teto ou sem casa, à data de 31 de dezembro de 2024.

**Figura 1. Perfil das pessoas em situação de sem-abrigo na condição de sem teto<sup>9</sup>. Continente, 31 dez 2024**

Sexo	Idade	Estado Civil	Nacionalidade (País)	Rendimento
Masculino	Até 18 anos	Solteiro(a)	Portugal	RSI
Naturalidade	Escolaridade	Duração na situação		
Portugal - município atual	Ensino básico – 2º ou 3º ciclo	Há 10 ou mais anos		

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

### População do sexo feminino

No que se refere à caracterização sociodemográfica das pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo na condição de sem teto, verifica-se que, em 31 de dezembro de 2024:

- A estrutura etária deste grupo evidencia uma presença predominante de pessoas do sexo feminino jovens: 38% têm menos de 18 anos; 22% têm entre 18 e 30 anos; 19% entre os 31 e os 44 anos; 17% entre os 45 e os 64 anos e 3% têm mais de 64 anos<sup>10</sup>. Esta distribuição etária é especialmente marcada no Alentejo, onde se concentram muitas jovens em situação de sem-abrigo;
- Quanto ao estado civil, 54% das pessoas do sexo feminino são solteiras, 40% estão casadas ou em união de facto, 4% são divorciadas ou separadas e 2% viúvas, revelando que a maioria não tem um vínculo conjugal ativo ou formalizado<sup>11</sup>;
- No que respeita à naturalidade, 67% nasceram no município onde vivem atualmente, 28% são provenientes de outros municípios portugueses, 2% são provenientes de países da União Europeia, 2% dos PALOP e 1% de outros países<sup>12</sup>;
- Em termos de nacionalidade, 96% são portuguesas e apenas 4% têm nacionalidade estrangeira, sendo a situação de sem-abrigo sem teto a que apresenta menor diversidade de proveniência nacional<sup>13</sup>;

<sup>9</sup> As categorias apresentadas para cada variável correspondem às que registam a frequência mais elevada.

<sup>10</sup> Percentagens calculadas sobre os 3 302 indivíduos cuja informação acerca da sua idade é conhecida, correspondendo a 97% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

<sup>11</sup> Percentagens calculadas sobre os 3 213 indivíduos cuja informação acerca do seu estado civil é conhecida, correspondendo a 95% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

<sup>12</sup> Percentagens calculadas sobre os 3 012 cuja informação acerca da sua naturalidade é conhecida, correspondendo a 89% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

<sup>13</sup> Percentagens calculadas sobre os 3 351 indivíduos cuja informação acerca da sua nacionalidade é conhecida, correspondendo a 99% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

- Relativamente ao nível de escolaridade, 36% das pessoas do sexo feminino não completaram qualquer ciclo de ensino, 31% concluíram o 2.º/3.º ciclo do ensino básico, 28% apenas o 1.º ciclo, 4% o ensino secundário e 1% o ensino superior<sup>14</sup>;
- Cerca de 45% das pessoas do sexo feminino sem teto estão nesta situação há 10 ou mais anos, 17% entre 5 e 10 anos, 22% entre 1 e 5 anos e apenas 16% há menos de 1 ano<sup>15</sup>.
- No que respeita às fontes de rendimento, o RSI representa 80% das respostas, as pensões ou prestações regulares 10%, o salário ocasional 4%, o salário regular e o subsídio de desemprego, ambos com 2%;
- As principais causas identificadas para a situação de sem-abrigo entre as pessoas do sexo feminino sem teto são, por ordem de frequência: insuficiência financeira associada a outros motivos, excluindo violência doméstica (887 casos), desemprego ou precariedade laboral (757 casos) e proteção social insuficiente (407 casos).

**Figura 2. Perfil das pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo na condição de sem teto<sup>16</sup>.**

**Continente, 31 dez 2024**

Idade	Estado Civil	Nacionalidade (País)	Rendimento
<b>Até 18 anos</b>	<b>Solteira</b>	<b>Portugal</b>	<b>RSI</b>
Naturalidade	Escolaridade	Duração na situação	
<b>Portugal - município atual</b>	<b>Sem qualquer nível completo de escolaridade</b>	<b>Há 10 ou mais anos</b>	

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

### 2.1.2 Pessoas em situação de sem-abrigo – sem casa

#### População total

No que respeita à análise das pessoas em situação de sem-abrigo na condição de sem casa, constata-se que, em 31 de dezembro de 2024:

<sup>14</sup> Percentagens calculadas sobre os 2 680 indivíduos cuja informação acerca da sua escolaridade é conhecida, correspondendo a 79% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

<sup>15</sup> Percentagens calculadas sobre os 2 963 indivíduos cuja informação acerca da duração da sua situação é conhecida, correspondendo a 87% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem teto.

<sup>16</sup> As categorias apresentadas para cada variável correspondem às que registam a frequência mais elevada.

- 76% dos indivíduos eram do sexo masculino;
- A faixa etária predominante (49%) encontra-se entre os 45 e os 64 anos. Importa destacar a elevada proporção de pessoas mais jovens: 19% têm no máximo 30 anos e 22% entre 31 e 44 anos. A juventude da população em condição de sem casa é particularmente evidente no Algarve e no Alentejo, onde 44% e 42%, respetivamente, tem no máximo 44 anos. Importa ainda realçar que 10% das PSSA sem casa têm mais de 64 anos<sup>17</sup>;
- No que respeita ao estado civil, 66% das pessoas na condição de sem casa são solteiras, categoria predominante em todas as regiões<sup>18</sup>;
- Entre as pessoas na condição de sem casa prevalece a naturalidade portuguesa, dividindo-se entre terem nascido no próprio concelho em que a situação foi sinalizada (35%) e serem oriundos de outro concelho (26%)<sup>19</sup>;
- Quanto à nacionalidade, dois terços das pessoas são de nacionalidade portuguesa (66%)<sup>20</sup>. A nível regional observa-se a mesma distribuição;
- O nível de escolaridade mais frequente entre as pessoas na condição de sem casa é o 2º ou 3º ciclo do ensino básico (48%)<sup>21</sup>;
- A situação de sem casa dura entre 1 e 5 anos para 42% das situações reportadas em Portugal continental<sup>22</sup>. As regiões do Centro e da AML apresentam valores superiores – 50% e 43%, respetivamente, para a mesma duração. Por outro lado, o Algarve, o Alentejo e o Centro registam os valores mais elevados para pessoas na situação de sem casa apenas há um ano ou menos, com 49%, 47% e 44% respetivamente<sup>23</sup>. As regiões da AML e do Norte sinalizam mais pessoas em situação de sem casa há mais de 5 anos, com 31% e 28% respetivamente;
- No que respeita às fontes de rendimento, verifica-se que o RSI constitui a fonte de rendimento mais mencionada (40%), proporção que sobe para 65% no Norte;

<sup>17</sup> Percentagens calculadas sobre os 5 062 indivíduos cuja informação acerca da sua idade é conhecida, correspondendo a 99,8% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>18</sup> Percentagens calculadas sobre os 4 633 indivíduos cuja informação acerca do seu estado civil é conhecida, correspondendo a 91% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>19</sup> Percentagens calculadas sobre os 4 997 indivíduos cuja informação acerca da sua naturalidade é conhecida, correspondendo a 99% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>20</sup> Percentagens calculadas sobre os 5 006 indivíduos cuja informação acerca da sua nacionalidade é conhecida, correspondendo a 99% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>21</sup> Percentagens calculadas sobre os 4 290 indivíduos cuja informação acerca do seu nível de escolaridade é conhecida, correspondendo a 85% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>22</sup> À semelhança do esclarecimento relativo à duração dos casos de pessoas na condição de sem teto, este dado não corresponde ao período total em que as pessoas estão na situação de sem-abrigo, mas apenas na condição de sem casa no momento de referência.

<sup>23</sup> Percentagens calculadas sobre os 4 769 indivíduos cuja informação acerca da duração da sua situação é conhecida, correspondendo a 94% do total de pessoas em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

- Importa ainda destacar que 19% das pessoas em condição de sem casa mencionaram auferir um salário ocasional (5%) ou salário regular (14%). Esta situação verifica-se mais no Algarve (24%) e na AML (23%).

**Figura 3. Perfil das pessoas em situação de sem-abrigo na condição de sem casa<sup>24</sup>. Continente, 31 dez 2024**

Sexo	Idade	Estado Civil	Nacionalidade (País)	Rendimento
Masculino	Entre 45 e 64 anos	Solteiro(a)	Portugal	RSI
Naturalidade	Escolaridade	Duração na situação		
Portugal - município atual	Ensino básico – 2º ou 3º ciclo	Entre 1 ano e menos de 5 anos		

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

### População do sexo feminino

No que respeita à análise das pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo na condição de sem casa, constata-se que, em 31 de dezembro de 2024:

- A faixa etária predominante é dos 45 aos 64 anos, com 42%, seguida da faixa etária dos 31-44 anos, com 24%, estrutura presente em todas as regiões<sup>25</sup>;
- São maioritariamente solteiras (56%), seguidas de divorciadas/separadas (20%), casadas ou em união de facto (20%) e viúvas (4%)<sup>26</sup>;
- Quanto à naturalidade, 33% nasceram no município onde se encontram, 27% provêm de outros municípios do país, 20% são originárias dos PALOP, 19% de outros países e 1% de países da União Europeia<sup>27</sup>;
- A maioria das pessoas do sexo feminino tem nacionalidade portuguesa, com 65%, observando-se a presença de pessoas do sexo feminino estrangeiras provenientes dos PALOP, com 16%, provenientes de outros países, com 10% e União Europeia, com 1%<sup>28</sup>;
- Quanto ao nível de escolaridade, a maioria completou o 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico (46%),

<sup>24</sup> As categorias apresentadas para cada variável correspondem às que registam a frequência mais elevada.

<sup>25</sup> Percentagens calculadas sobre os 1 230 indivíduos cuja informação acerca da sua idade é conhecida, correspondendo a 99,8% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>26</sup> Percentagens calculadas sobre os 1 161 indivíduos cuja informação acerca do seu estado civil é conhecida, correspondendo a 94% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>27</sup> Percentagens calculadas sobre os 1 209 indivíduos cuja informação acerca da sua naturalidade é conhecida, correspondendo a 98% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>28</sup> Percentagens calculadas sobre os 1 232 indivíduos cuja informação acerca da sua nacionalidade é conhecida, correspondendo a 100% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

seguido do 1.º ciclo (20%), do ensino secundário (17%) e do ensino superior (6%)<sup>29</sup>. Totalizam 11% das pessoas do sexo feminino que não completaram qualquer nível de escolaridade;

- No que respeita à duração da situação de sem casa, a maioria das pessoas do sexo feminino encontra-se nessa circunstância entre 1 e 5 anos (40%), seguido das que se encontram há menos de 1 ano (35%)<sup>30</sup>;
- Quanto às fontes de rendimento, constata-se que 46% das respostas mencionam o RSI, 21% as pensões ou prestações regulares, 15% as prestações ou dádivas de carácter eventual, 7% salário regular, 3% salário ocasional e 1% subsídio de desemprego;
- As causas mais frequentemente mencionadas são: o desemprego ou a precariedade laboral (373 casos), a ausência de suporte familiar (360 casos) e os problemas de saúde mental (256 casos).

**Figura 4. Perfil das pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo na condição de sem casa<sup>31</sup>.**

**Continente, 31 dez 2024**

Idade	Estado Civil	Nacionalidade (País)	Rendimento
<b>Entre 45 e 64 anos</b>	<b>Solteira</b>	<b>Portugal</b>	<b>RSI</b>
Naturalidade	Escolaridade	Duração na situação	
<b>Portugal - município atual</b>	<b>Ensino básico – 2º ou 3º ciclo</b>	<b>Entre 1 ano e menos de 5 anos</b>	

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

### 2.1.3 Semelhanças e diferenças

#### População total

Nos dois pontos anteriores apresentou-se uma breve caracterização sociodemográfica de cada subgrupo de pessoas em situação de sem-abrigo - condição de sem teto e condição de sem casa. Importa neste ponto destacar as semelhanças e diferenças em cada subgrupo.

<sup>29</sup> Percentagens calculadas sobre os 1 021 indivíduos cuja informação acerca da sua escolaridade é conhecida, correspondendo a 83% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>30</sup> Percentagens calculadas sobre os 1 131 indivíduos cuja informação acerca da duração da sua situação é conhecida, correspondendo a 92% do total de pessoas do sexo feminino em situação sem-abrigo na condição de sem casa.

<sup>31</sup> As categorias apresentadas para cada variável correspondem às que registam a frequência mais elevada.

Desde logo é possível constatar um maior desconhecimento no que respeita à caracterização sociodemográfica das pessoas em situação de sem teto do que das pessoas na condição de sem casa para todas as variáveis recolhidas. Tal significa que é necessário um maior conhecimento em relação a esta população. Este desconhecimento é desigual, sendo o Algarve a região que regista frequências mais elevadas.

Independentemente da condição em que se encontram – sem teto ou sem casa - a maioria das pessoas na situação de sem-abrigo são homens, solteiros e de nacionalidade portuguesa.

Todavia, é possível apontar alguns aspetos distintos no perfil das pessoas que se encontram nestas duas condições. Os dados demonstram que as pessoas na condição de sem teto tendem a ser mais jovens do que aquelas em situação de sem casa, dado que 64% das pessoas sem teto tem no máximo, 44 anos, enquanto 59% das pessoas na situação de sem casa tem 45 anos ou mais e são menos escolarizados – apenas 5% das pessoas sem teto possuem o ensino secundário e 1% o ensino superior, enquanto as pessoas sem casa para as mesmas categorias apresentam valores na ordem dos 14% e 5% respetivamente. Também se constata que as pessoas sem qualquer nível de escolaridade na condição de sem teto são 31%, enquanto na condição de sem casa são apenas 8%.

No que respeita à naturalidade é possível observar que ser natural do concelho em que se está sinalizado é a realidade mais frequente nas duas categorias. No entanto, é mais significativo entre as pessoas em situação de sem teto do que entre as que se encontram em situação de sem casa, com 60% e 35%, respetivamente.

Em relação às fontes de rendimento, constata-se bastantes semelhanças. Em ambos os subgrupos o RSI é a fonte de rendimento mais mencionada, embora registando proporções distintas (71% para os sem teto; 40% para os sem casa); a segunda é pensões e outras prestações de carácter regular (12% e 22% respetivamente) e a terceira é o salário ocasional/regular (9% e 19% respetivamente).

O tempo de permanência na condição de sem-abrigo varia consoante a condição de sem teto e sem casa. Enquanto 73% dos identificados como sem casa estão, no máximo, há 5 anos nesta condição (31% há menos de um ano); entre as pessoas em situação de sem teto esse valor é de 46% (20% há menos de um ano). Por outro lado, as pessoas na condição de sem casa há 10 ou mais anos correspondem a 12% e os que se encontram sem teto representam 36%.

As causas mais mencionadas para a situação de sem-abrigo na condição de sem teto são: o desemprego ou a precariedade no trabalho (2 288), a insuficiência associada a outros motivos,

excluindo violência doméstica (2 156) e a dependência de álcool ou substâncias psicoativas (1 331). Junto da população em situação de sem casa, as causas mais referidas são: o desemprego e a precariedade no trabalho (1 907), a ausência de suporte familiar (1 760) e a dependência de álcool ou de substâncias psicoativas (1 595).

### **População do sexo feminino**

Quando considerado o grupo das pessoas do sexo feminino é possível identificar diferenças significativas entre os dois subgrupos de pessoas do sexo feminino abrangidas: as que se encontram sem teto e as que se encontram sem casa.

As pessoas do sexo feminino sem teto apresentam um perfil tendencialmente mais jovem: 38% têm até 18 anos e apenas 3% têm mais de 64 anos. Em contraste, entre as pessoas do sexo feminino sem casa, o grupo predominante situa-se entre os 45 e os 64 anos, com 42%, sendo as menores de 18 anos 11%.

O estado civil de solteiro é o mais representativo, tanto para as pessoas do sexo feminino em situação de sem teto (54%), quanto para as pessoas do sexo feminino em situação de sem casa (56%).

Relativamente à naturalidade e à nacionalidade verifica-se que 96% das pessoas do sexo feminino sem teto são portuguesas e 67% nasceram no município onde vivem. Já em relação às pessoas do sexo feminino sem casa constata-se que 65% são portuguesas e 33% nasceram no município onde vivem. As pessoas do sexo feminino em situação de sem casa apresentam maior prevalência de nacionalidade estrangeira (35%) em comparação com as pessoas do sexo feminino em situação de sem teto (4%).

Das pessoas do sexo feminino em situação de sem teto, 36% não completaram qualquer nível de escolaridade. No que diz respeito à população do sexo feminino em situação de sem casa, verifica-se que o ensino básico (1º, 2º e 3º ciclo) é predominante (66%). É junto das pessoas do sexo feminino em situação de sem casa que registamos maiores níveis de escolaridade, dado que 17% completaram o ensino secundário e 6% o ensino superior, ao contrário das pessoas do sexo feminino em situação de sem teto que registam 4% e 1% respetivamente para os mesmos níveis de escolaridade.

O RSI é a fonte de subsistência mais mencionada, tanto para as pessoas do sexo feminino em situação de sem teto (80%), quanto para as sem casa (46%). No entanto, para as pessoas do sexo feminino em situação de sem casa verifica-se uma distribuição mais heterogénea quanto às outras fontes de rendimento, com as pensões e prestações a assumirem maior representatividade: pensões e

prestações de carácter regular (21%) e prestações ou dádivas de carácter eventual (15%).

O tempo na situação de sem-abrigo também distingue claramente as pessoas do sexo feminino em situação de sem teto e sem casa. Entre as pessoas do sexo feminino em situação de sem teto, 45% vivem nesta condição há 10 anos ou mais. Por oposição, entre as pessoas do sexo feminino em situação de sem casa, 75% estão nesta condição há menos de cinco anos, das quais 35% há menos de um ano.

As causas identificadas também diferem. Nas pessoas do sexo feminino em situação de sem teto predominam razões de natureza económica, como a insuficiência financeira associada a outros motivos, excluindo violência doméstica (887 respostas), o desemprego ou precariedade no trabalho (757 respostas) e a proteção social insuficiente (407 respostas). Já entre as pessoas do sexo feminino em situação de sem casa, para além do desemprego ou precariedade no trabalho (373 respostas), surge a ausência de suporte familiar (360 respostas) e os problemas de saúde mental (256 respostas).

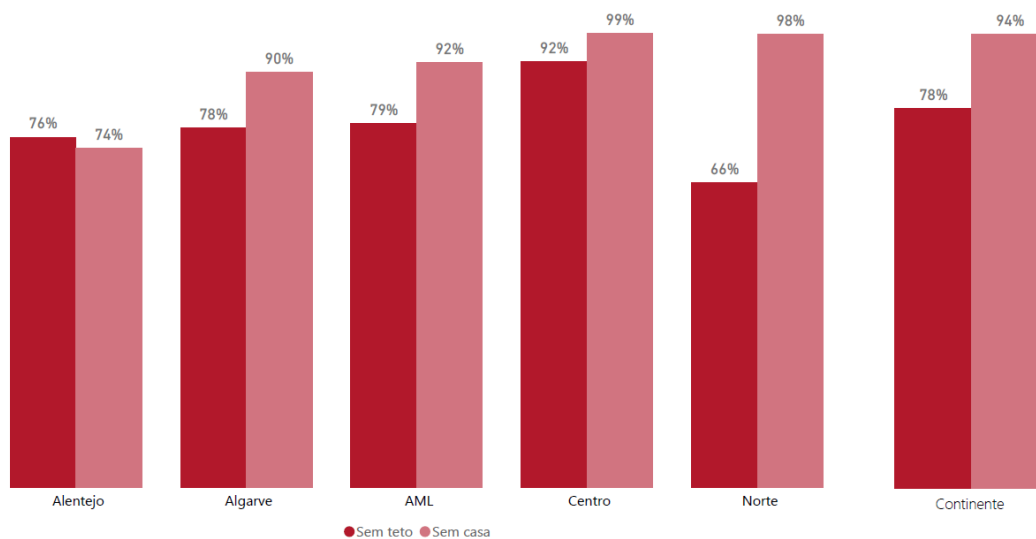
## **2.2 Uma aproximação à intervenção**

### **População total**

Do ponto de vista da intervenção, 78% das pessoas sem teto têm gestor/a de caso atribuído, assumindo a percentagem de 94% quando falamos de pessoas na condição de sem casa. Esta percentagem significa que 2 367 pessoas em situação de sem-abrigo não eram ainda acompanhadas por um/a gestor/a de caso, das quais 2 042 estão na condição de sem teto. Estes dados não significam que as pessoas não tenham apoio, mas evidenciam a necessidade de clarificar o conceito e papel do/a gestor/a de caso no modelo de intervenção preconizado.

Por região, importa registar a situação do Norte, onde apenas 66% das pessoas na condição de sem teto são acompanhadas por um/a gestor/a de caso, ao contrário do que sucede em relação às pessoas em situação de sem casa, cuja quase totalidade (98%) dispõem de gestor/a de caso. Por outro lado, 74% das pessoas em situação de sem casa na região do Alentejo têm gestores/as de caso atribuídos. De destacar a região do Centro, que garante o acompanhamento a 99% das pessoas em situação de sem casa e 92% das pessoas em situação de sem teto.

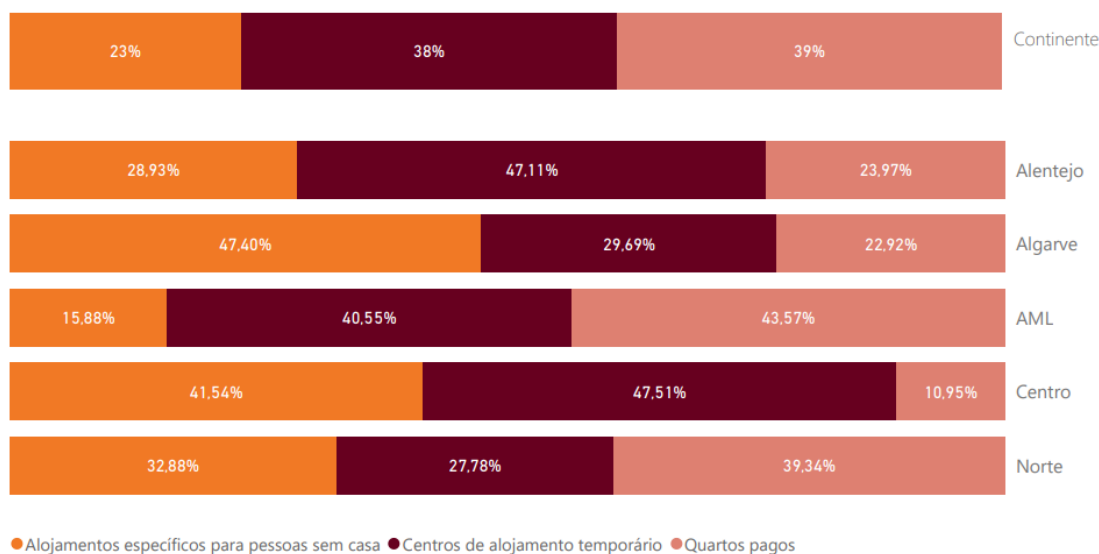
**Gráfico 7. Proporção de pessoas em situação de sem-abrigo com gestor/a de caso, segundo a condição de sem teto e sem casa, por NUTS II. Continente, 31 dez 2024 (%)**



Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

As pessoas em situação de sem casa encontram-se sobretudo em quartos pagos (39%), sendo as regiões da AML e do Norte (44% e 39%, respetivamente) as que mais se destacam, dada a inexistência e/ou lotação de outras respostas. O Centro é a região que regista a menor proporção de pessoas nesta resposta, com apenas 11%, onde os centros de alojamento temporário e os alojamentos específicos constituem a principal resposta.

**Gráfico 8. Pessoas em situação de sem-abrigo sem casa, segundo a situação habitacional por NUTS II. Continente, 31 dez 2024 (%)**



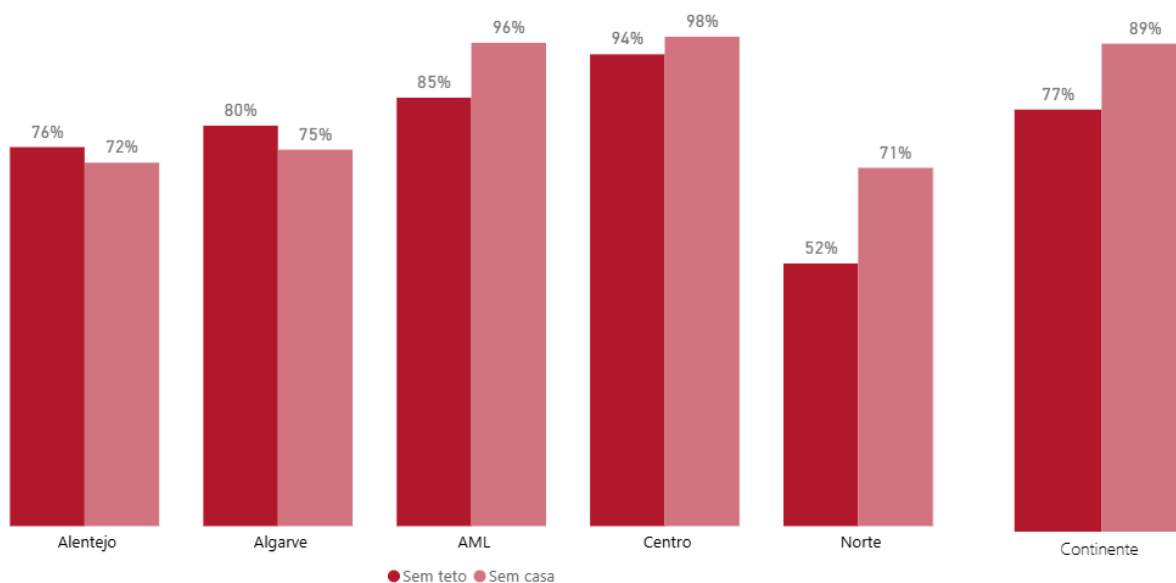
Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

A este respeito importa acrescentar que a falta de respostas de alojamento para pessoas em situação de sem-abrigo em alguns concelhos obriga a que as estruturas de acompanhamento mobilizem recursos noutros concelhos, o que acontece para qualquer tipo de resposta: *alojamento específico* (48 pessoas, ou 4%); *alojamento temporário* (156 pessoas, ou 8%) e *quartos pagos* (259 pessoas, ou 13%).

### População do sexo feminino

Relativamente às pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo, contactou-se que cerca de 80% são acompanhadas por um/a gestor/a de caso. Este indicador revela uma taxa de cobertura elevada, mas desigual entre as pessoas do sexo feminino em situação de sem teto e sem casa. Entre as pessoas do sexo feminino em situação de sem casa, verifica-se que 89% têm gestor/a de caso. Por outro lado, entre as pessoas do sexo feminino sem teto, 77% têm gestor/a de caso atribuído, o que revela a existência de uma franja da população feminina que permanece sem gestor/a de caso atribuído.

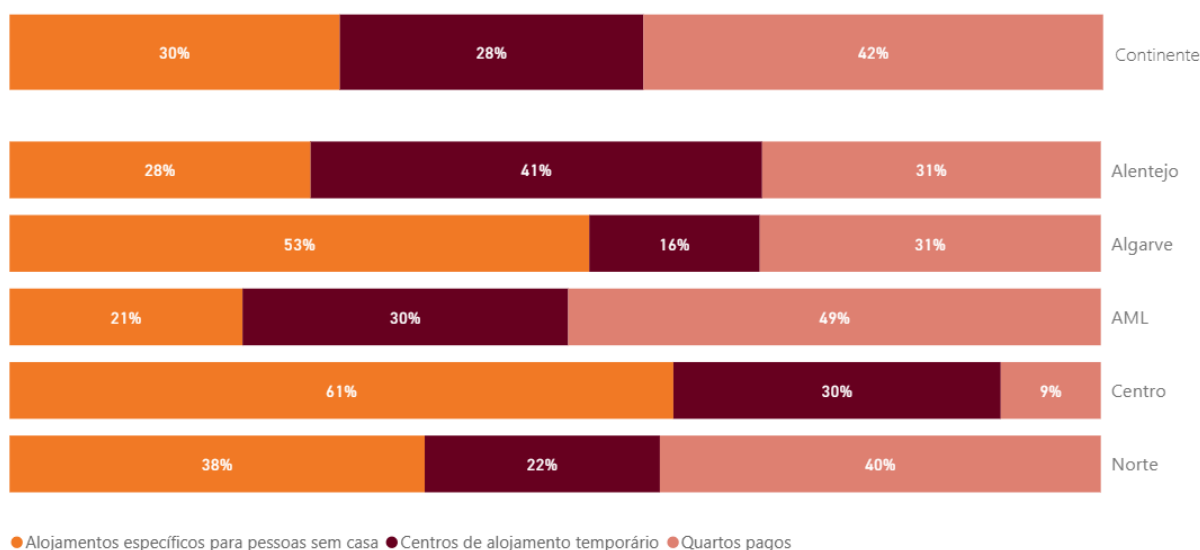
**Gráfico 9. Proporção de pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo com gestor/a de caso, segundo a condição de sem teto e sem casa, por NUTS II. Continente, 31 dez 2024 (%)**



Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

Relativamente à situação habitacional e considerando exclusivamente as pessoas do sexo feminino em situação de sem casa, constata-se que a maioria se encontra alojada em quartos pagos (42%), em alojamentos específicos (30%) e centros de alojamento temporário (28%).

**Gráfico 10. Pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo sem casa, segundo a situação habitacional por NUTS II. Continente, 31 dez 2024 (%)**



Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 dez 2024

A este respeito importa acrescentar que a falta de respostas de alojamento para pessoas em situação de sem-abrigo em alguns concelhos obriga a que as estruturas de acompanhamento mobilizem recursos noutros concelhos, o que acontece para qualquer tipo de resposta para a população do sexo feminino: *alojamento temporário* (42 pessoas, ou 12%); *quartos pagos* (44 pessoas, ou 8%) e *alojamento específico* (12 pessoas, ou 3%).

### 3. No tempo e no espaço

#### População total

Atendendo aos números reportados pelos municípios<sup>32</sup> que participaram na recolha de informação com referência a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, verifica-se um aumento de 10% de pessoas em situação de sem-abrigo em território continental. Tal aumento é atribuído às variações apresentadas pela totalidade das regiões, destacando-se o Alentejo com a taxa de variação mais elevada (35%), seguido da região do Centro (34%). Em sentido contrário, observa-se que a AML e o Algarve registam uma taxa de variação de – 3% e – 10% respetivamente.

Numa análise mais detalhada verifica-se que o crescimento detetado está relacionado com o aumento de pessoas em situação de sem-abrigo na condição de sem teto, com uma taxa de variação no

<sup>32</sup> Em 2023 não foi obtida resposta de Santa Comba Dão.

continente de 22%, sendo que as regiões do Alentejo (45%) e do Centro (40%) apresentam as variações mais elevadas.

Quanto aos dados referentes às pessoas em situação de sem-abrigo na condição de sem casa, regista-se uma diminuição no território continental (menos 7%), resultante, particularmente, de um decréscimo na região do Alentejo (menos 52%).

De referir ainda que o decréscimo na região do Algarve, tanto relativamente às pessoas sem casa (menos 4%), quanto às pessoas sem teto (menos 11%), deve ser analisado com cautela, dado que os municípios de Faro, Albufeira<sup>33</sup> e Portimão aplicaram incorretamente o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo e, como tal, não contabilizaram a totalidade das pessoas em situação de sem-abrigo nos respetivos territórios.

**Quadro 4. Número e taxas de variação das pessoas em situação de sem-abrigo, sem teto e sem casa por NUTS II. Continente, 31 dez 2023 e 31 dez 2024**

	Pessoas em situação de sem-abrigo			Sem teto			Sem casa		
	2023	2024	Var	2023	2024	Var	2023	2024	Var
<b>NORTE</b>	2700	2915	8%	1454	1738	20%	1246	1177	-6%
<b>CENTRO</b>	1764	2365	34%	1398	1963	40%	366	402	10%
<b>AML</b>	4871	4704	-3%	1512	1523	1%	3359	3181	-5%
<b>ALENTEJO</b>	2397	3234	35%	2144	3113	45%	253	121	-52%
<b>ALGARVE</b>	1396	1258	-10%	1197	1066	-11%	199	192	-4%
<b>TOTAL</b>	<b>13128</b>	<b>14476</b>	<b>10%</b>	<b>7705</b>	<b>9403</b>	<b>22%</b>	<b>5423</b>	<b>5073</b>	<b>-7%</b>

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro 2024

### População do sexo feminino

Relativamente à população em situação de sem-abrigo do sexo feminino, entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, verificamos um aumento de 25% em território continental. Destacam-se as regiões do Alentejo e do Centro, com aumentos de 54% e 51% respetivamente. Em sentido contrário, observa-se que o Algarve registou uma taxa de variação de menos 25%.

Observamos ainda que este crescimento está relacionado com o aumento de pessoas em situação de sem-abrigo do sexo feminino sem teto, com um aumento de 37% a nível continental, sendo que as

<sup>33</sup> Em 2023, o município de Albufeira aplicou corretamente o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, o mesmo não aconteceu em 2024, o que resultou numa taxa de variação de -58% (equivalente a menos 149 pessoas).

regiões do Alentejo (61%) e do Centro (50%) apresentam as variações mais elevadas.

Quanto aos dados referentes às pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo na condição de sem casa, regista-se um aumento no território continental (1%).

De referir ainda que o decréscimo na região do Algarve, tanto relativamente às pessoas do sexo feminino em situação de sem casa (-30%), quanto às sem teto (-25%), deve ser analisado com cautela, dado que os municípios de Faro, Albufeira<sup>34</sup> e Portimão aplicaram incorretamente o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo e, como tal, não contabilizaram a totalidade das pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo nos respetivos territórios.

**Quadro 5. Número e taxas de variação das pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo, sem teto e sem casa por NUTS II. Continente, 31 dez 2023 e 31 dez 2024**

	Pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo			Sem teto			Sem casa		
	2023	2024	Var	2023	2024	Var	2023	2024	Var
NORTE	738	853	16%	423	556	31%	315	297	-6%
CENTRO	610	919	51%	531	799	50%	79	120	52%
AML	953	1034	8%	232	280	21%	721	754	5%
ALENTEJO	974	1499	54%	911	1470	61%	63	29	-54%
ALGARVE	420	314	-25%	374	282	-25%	46	32	-30%
<b>TOTAL</b>	<b>3695</b>	<b>4619</b>	<b>25%</b>	<b>2471</b>	<b>3387</b>	<b>37%</b>	<b>1224</b>	<b>1232</b>	<b>1%</b>

Fonte: ENIPSSA – Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro 2024

## Notas Conclusivas

Para a produção destes resultados considerou-se o *conceito de pessoa em situação de sem-abrigo* da ENIPSSA; a sua referência a 31 de dezembro de 2024 e Portugal Continental como âmbito territorial de análise. Os resultados continuam a refletir melhorias no conhecimento do fenómeno por parte das estruturas locais de intervenção, mas é fundamental continuar as ações de explicação e clarificação para ultrapassar algumas dificuldades quer ao nível da apreensão, quer da operacionalização do conceito. Importa, portanto, melhorar a apropriação do conceito e o papel dos/as gestores/as de caso, com especial prevalência em algumas regiões, dado que estes fatores condicionam o diagnóstico da população em situação de sem-abrigo aqui apresentado, tendo naturalmente reflexos na intervenção

<sup>34</sup> Em 2023, o município de Albufeira aplicou corretamente o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, o mesmo não aconteceu em 2024, o que resultou numa taxa de variação de -85% (equivalente a menos 68 pessoas).

local e, em última análise, na implementação da própria ENIPSSA.

Importa realçar o elevado nível de colaboração que se reflete no elevado número de respostas obtidas: 278 concelhos em Portugal Continental. No entanto, verifica-se uma incorreta aplicação do conceito conforme inscrito na Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho nos concelhos de Faro, Albufeira e Portimão e, por essa razão, uma sub-representação das pessoas em situação de sem-abrigo nesses territórios.

Os dados referentes às pessoas em situação de sem-abrigo a 31 de dezembro de 2024 revelam a existência de um total de 14 476 pessoas em situação de sem-abrigo, 9 403 (65%) em situação de sem teto e 5 073 (35%) em situação de sem casa. Tal significa que, em relação a 31 de dezembro de 2023, registou-se uma taxa de variação de 10%.

No que se refere à população do sexo feminino, foram sinalizadas 4 619 pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo, 3 387 (73%) em situação de sem teto e 1 232 (27%) em situação de sem casa. Tal significa que, em relação a 31 de dezembro de 2023, registou-se uma taxa de variação de 25%.

No entanto, tal aumento pode estar relacionado com uma melhor apropriação e operacionalização do conceito por grande parte dos territórios, bem como com a realização do questionário adicional relativo à população do sexo feminino.

Face à população residente, existiam em Portugal continental 1,41‰ PSSA por cada 1 000 residentes, sendo o Alentejo, o Algarve e a AML as regiões que registaram as proporções mais elevadas, com respetivamente 4,45‰, 2,55‰ e 1,57‰ (pessoas em situação de sem-abrigo por 1 000 residentes).

Face à população residente do sexo feminino, existiam em Portugal continental 0,86‰ pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo por 1 000 pessoas do sexo feminino residentes. As regiões com as proporções mais elevadas são o Alentejo, o Algarve e o Centro com 4,02‰, 1,24‰ e 0,76‰ respetivamente.

Os resultados apontam ainda para uma dispersão territorial do fenómeno, abrangendo mais de metade (67%) dos concelhos respondentes (185 dos 278), sendo que 76 destes registam, no máximo, 10 pessoas na situação de sem-abrigo. Paralelamente, sinalizam uma elevada concentração nos concelhos de Lisboa (3 122), Moura (634) e Porto (553), com 30% do total das PSSA reportadas.

Para a população do sexo feminino, os resultados sinalizam a ocorrência do fenómeno em 51% dos concelhos respondentes (142 de 278 concelhos), sendo que 136 não registaram a existência de pessoas

nesta situação. Os resultados evidenciam a dispersão do fenómeno por todo o território continental, com concentração substancial nas regiões Alentejo e na Área Metropolitana de Lisboa, que concentram 55% do total da população do sexo feminino em situação de sem-abrigo. Sinaliza-se uma elevada concentração de pessoas do sexo feminino nos concelhos de Lisboa (678), Moura (298) e Aveiro (229), com 26% do total das PSSA do sexo feminino reportadas.

Importa mencionar igualmente que foram sinalizados 1 949 casais na condição de sem-abrigo, 1 686 sem teto e 263 sem casa. A nível regional observa-se que 60% dos casais em situação de sem-abrigo na condição de sem casa encontram-se na AML.

Quanto ao perfil das pessoas em situação de sem-abrigo verifica-se que são, sobretudo, homens; de nacionalidade portuguesa; solteiros; com idade entre 45 e 64 anos; com 2º ou 3º ciclo do ensino básico; encontravam-se nessa situação (no momento à data de referência) entre 1 e 5 anos e apresentam como fonte de rendimento mais referida o Rendimento Social de Inserção.

Relativamente ao perfil das pessoas do sexo feminino em situação de sem-abrigo, observamos que as categorias mais representativas são: nacionalidade portuguesa; solteiras; com idade até aos 18 anos; com 2º ou 3º ciclo do ensino básico; encontravam-se nessa situação (no momento à data da referência) há 10 anos ou mais e apresentam como fonte de rendimento mais referida o Rendimento Social de Inserção.

De notar que, no conjunto de pessoas em situação de sem-abrigo, 13% das respostas indicavam a existência de algum tipo de relação com o mercado de trabalho, tendo rendimentos daí provenientes (*i.e.*, salário regular ou ocasional) ou subsídio de desemprego. No caso da população do sexo feminino, o valor é de 6%.

As pessoas que se encontram na situação de sem teto estão presentes em 168 concelhos do continente. Para os que vivem na condição de sem casa (presentes em 116 concelhos), os quartos alugados são a principal resposta encontrada (39%) destacando-se a AML, com 44% das pessoas nessa condição.

A população do sexo feminino em situação de sem teto encontram-se em 128 concelhos a nível continental, enquanto as sem casa estão presentes em 76 concelhos. Para as pessoas do sexo feminino em situação de sem casa, constata-se que a maioria se encontra alojada em quartos pagos (42%), destacando-se AML, com 49% das pessoas do sexo feminino nessa situação.

Importa realçar também que, em 2024, 1 345 pessoas (mais 36% que em 2023), deixaram a situação de

sem-abrigo. Destaca-se a região Norte e da AML onde 444 e 314 pessoas respetivamente deixaram a situação de sem-abrigo. No que diz respeito à população do sexo feminino em situação de sem-abrigo, verifica-se que 332 saíram da situação de sem-abrigo em 2024, das quais 95 na AML e 85 no Norte.

Este retrato reforça a importância de políticas públicas que articulem respostas de emergência com medidas estruturais de combate à pobreza, à exclusão habitacional e à desigualdade de género, numa abordagem sustentada, integrada e interseccional.

Importa igualmente sublinhar a cooperação entre a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) e a Garantia para a Infância, que tem permitido aprofundar o conhecimento e reforçar a intervenção junto de crianças e jovens em situação de não acesso a uma habitação adequada. Esta cooperação, nomeadamente através do trabalho conjunto entre a Coordenação Nacional da NOVA ENIPSSA e Coordenação Nacional da Garantia para a Infância, resultou na aplicação de metodologias partilhadas e no reporte sistemático de dados desagregados sobre menores de 18 anos, evidenciando um aumento progressivo de concelhos com intervenção ativa. A criação e operacionalização dos Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI), iniciada em 2023, tem-se revelado essencial para assegurar a cobertura e o acompanhamento efetivo das crianças identificadas, contribuindo decisivamente para que Portugal possa cumprir os compromissos europeus no âmbito da Recomendação sobre a Garantia para a Infância, com particular destaque para a dimensão da habitação.

A informação aqui sistematizada representa um contributo essencial para a compreensão da realidade das pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal continental, mas deve ser entendida como um ponto de partida e não como um retrato fechado ou definitivo. O estudo destes fenómenos deve ser baseado em procedimentos e metodologias quantitativas e qualitativas, nomeadamente, longitudinais, tendo em conta a complexidade e a dinâmica dos percursos das pessoas em situação de sem-abrigo. Deverá também permitir o conhecimento mais aprofundado da realidade de grupos que apresentam especial vulnerabilidade, como crianças e jovens, pessoas do sexo feminino, pessoas migrantes, pessoas idosas, pessoas LGBTI+, pessoas com doença física e/ou mental, pessoas com deficiência, entre outros.

A consolidação de um sistema de informação, articulado com a academia e integrado no sistema nacional de estatística, que permita monitorizar e avaliar de forma continuada o impacto das políticas públicas sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, bem como os seus percursos, deverá constituir uma prioridade para garantir que a resposta pública promova a inclusão plena destas pessoas. Para

tal, será crucial continuar a envolver ativamente entidades públicas e privadas do setor social com competências em matéria de infância e juventude, igualdade de género, migração, habitação, saúde, proteção social, combate à pobreza e exclusão social, entre outros, assegurando uma abordagem articulada e integrada.

Conscientes da importância de incrementar o conhecimento sobre o fenómeno para uma cada vez mais eficaz e mais adequada intervenção, importa valorizar a informação disponível, seja por via dos dados de caracterização, seja por via do conhecimento de todos os que intervêm junto da população em análise. A informação agora disponibilizada sintetiza um vasto conjunto de informação que se encontra disponível no website da ENIPSSA e que esperamos possa vir a ser discutida e aprofundada.